

## *Transição urbana e demográfica no Brasil: características, percursos e tendências*

*Urban and demographic transition in Brazil: characteristics, courses and trends*

*Transition urbaine et démographique au Brésil: caractéristiques, trajectoires et tendances*

Aurélia Hermínia Castiglioni  
Universidade Federal do Espírito Santo  
aurelia.castiglioni@gmail.com

---

### **Resumo**

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução conjunta dos processos de transição urbana e demográfica vivenciados pelo Brasil e Unidades Administrativas, de 1940 a 2010. O trabalho contém a caracterização espaço-temporal dos processos, o agrupamento das unidades com características semelhantes, a identificação de modelos de trajetórias e a projeção de tendências. Para o estudo foram aplicados métodos de análise de dados, de classificação hierárquica e de estimativa aos dados produzidos por fontes oficiais. A evolução dos processos apresenta as tendências clássicas que marcam as fases das transformações demográficas: aceleração do crescimento demográfico e da urbanização decorrentes inicialmente das mudanças do comportamento da mortalidade, a seguir, pela intensificação da migração rural-urbana, evoluindo para a fase de redução sincrônica da fecundidade e das taxas de crescimento natural ou vegetativo, migratório e urbano. As trajetórias dos processos demográficos, passadas ou atuais, refletem as desigualdades socioespaciais existentes entre as regiões do país e mostram que as diferenças entre indicadores persistem, porém com tendência à convergência.

**Palavras-chave:** Transição urbana, Transição demográfica, Migração rural-urbana, Continuidade e convergência.

---

### **Abstract**

This study aims at analyzing the joint development of demographic and urban transition processes such as those experienced by Brazil and Administrative Units, from 1940 through 2010. The work contains the time-space characterization of the processes, the grouping of units with similar characteristics, the identification of course models, and the projection of trends. For the study purposes, we have applied methods of data analysis, hierarchic classification and estimation of data produced by official sources. The evolution of the processes presents classic trends that mark the demographic transition phases: demographic growth acceleration and subsequent urbanization, at first from

changes in mortality behavior, and later by urban-rural migration intensification; moving onto the reduction of synchronous fertility phase and natural, migratory and urban growth rates. The demographic processes courses, past or current, reflect the existing socio-spatial inequalities amongst country regions and show that index differences still persist, however, towards convergence.

**Keywords:** Urban Transition, Demographic transition, Urban-rural migration, Continuity and convergence.

---

### Résumé

L'objectif de cette étude est d'analyser l'évolution conjointe des processus de transition urbaine et démographique vécus par le Brésil et ses unités administratives, de 1940 à 2010. Ce travail porte sur la caractérisation spatio-temporelle des processus, le regroupement des unités présentant des caractéristiques similaires, l'identification de modèles des trajectoires et la projection des tendances. Pour mener cette étude, des méthodes d'analyse de données, de classification hiérarchique et d'estimation ont été appliquées aux données provenant de sources officielles. L'évolution des processus présente les tendances classiques qui marquent les étapes des transformations démographiques: l'accélération de la croissance démographique et de l'urbanisation, dues initialement aux changements des comportements de la mortalité, ensuite par l'intensification de la migration rurale-urbaine; évoluant vers la phase de réduction synchronique de la fécondité et des taux de croissance naturelle, migratoire et urbaine. Les trajectoires des processus démographiques, passées ou présentes reflètent les disparités socio-spatiales qui existent entre les régions du pays et montrent que les différences entre les indicateurs persistent, mais avec tendance à la convergence.

**Mots-clés:** Transition urbaine, transition démographique, migration rurale-urbaine, continuité et convergence.

---

## Introdução

Os processos de transição urbana e demográfica, fortemente associados, apresentam percursos que exprimem os estágios do desenvolvimento socioeconômico das regiões. Silva e Monte-Mór (2010, p.2) ressaltam que os dois processos constituem “faces correlatas de um processo intenso de mudança qualitativa e quantitativa da sociedade”. A mudança social subjacente aos processos de transição opera em três dimensões: estrutural que “abrange a mudança socioeconômica e o progresso na sociedade”, cultural que “refere-se à dotação cultural de uma população e às mudanças nos sistemas de valores” e tecnológica, relativa às “melhorias tecnológicas e sua aplicação” (VAN de KAA, 2002, p.23, tradução nossa).

Os processos de transições demográficas, que tiveram suas evoluções fundamentais durante a segunda metade do século XX, apresentam características diferenciais nos estados do Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução conjunta dos processos de transição urbana e demográfica no Brasil e Unidades Administrativas, no período de 1940 a 2010, identificando características demográficas, tipos de percursos, inter-relações e tendências. São utilizados dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Ministério da Saúde – DATASUS. O trabalho contém a caracterização espaço-temporal dos processos de transição, a formação de grupos de unidades federativas com

comportamentos semelhantes, a proposição de modelos de trajetórias e a projeção de tendências.

## Os processos de transição

O esquema geral do crescimento populacional resultante da evolução da natalidade e da mortalidade foi descrito em 1847 pela função logística de Verhust e em 1909 por Landry (PATARRA; FERREIRA, 1986; DUMONT, 2018). Landry, em 1934, retomou o trabalho, distinguindo os três períodos do processo: primitivo, intermediário e contemporâneo e, em 1945, Notestein apresentou o termo Transição Demográfica, descrevendo suas fases: pré-transição, transição e pós-transição. Os escritos de Landry e Notestein apresentam o conceito clássico da transição demográfica, que consiste na passagem de altas para baixas taxas de mortalidade e fecundidade decorrentes da modificação da atuação dos componentes do crescimento natural, natalidade e mortalidade, cuja evolução diferencial resulta nas diferentes fases que compõem o processo (NOTESTEIN, 1945; LANDRY, 1982).

A concepção clássica do processo, fundamentada na experiência vivenciada principalmente por países europeus, iniciada nos fins do século XVIII tem sido denominada Primeira Transição Demográfica (PATARRA; FERREIRA, 1986; SILVA; MONTE-MÓR, 2010; OLIVEIRA; SILVA, 2015). Traduz as mudanças do comportamento demográfico da população decorrentes das transformações sanitárias, alimentares, médico-científicas, tecnológicas e socioeconômicas subjacentes ao processo de modernização, que marcam a paisagem da sociedade tradicional, rural, para a moderna, urbano-industrial.

O conceito da Segunda Transição Demográfica, lançado em 1986 por Van de Kaa e Lesthaeghe, expressa a nova etapa da história demográfica, vivenciada por países da Europa Ocidental e países industrializados a partir dos anos 1960, cujo traço principal é o “controle total sobre a fecundidade” (VAN DE KAA, 2002, p.2). O autor aponta a diferença fundamental entre os modelos: a primeira transição resulta do declínio acentuado da mortalidade enquanto que a segunda é caracterizada pela redução da fecundidade e sua permanência em valores situados abaixo do nível necessário para a reposição das gerações, de 2,1 filhos por mulher (VAN DE KAA, 1987, 2002).

A segunda transição tem como causas mudanças de normas e atitudes com relação à sociedade moderna, à família, aos filhos. Os dois processos baseiam-se em modelos familiares diferentes, o padrão comportamental passa a ser movido mais pela busca da realização pessoal do que pelos filhos. Segundo Van De Kaa (1987, p.5, tradução nossa)

Duas palavras-chave caracterizam as normas e atitudes por trás da primeira e segunda transições demográficas e destacam os contrastes entre elas: altruísmo e individualismo. A primeira transição para baixa fecundidade foi dominada por preocupações com família e filhos, enquanto que a segunda enfatiza os direitos e auto-realização dos indivíduos.

Quanto à mortalidade, observa-se na primeira transição, uma forte redução da mortalidade infantil, enquanto na segunda ocorre o aumento da esperança de vida, mais rápido do que o esperado. Em consequência a maior incidência da mortalidade no decorrer do processo desloca-se das primeiras idades para as mais avançadas. Por seu turno, o papel da imigração no crescimento populacional cresce em importância pelo afluxo de diversos tipos de imigrantes estrangeiros (VAN DE KAA, 2002).

Deste modo, no período pós-transicional, a redução e o retardamento continuados da fecundidade e a redefinição do modelo familiar, associados ao progressivo alongamento da vida produzem, nas sociedades industrializadas avançadas, decréscimo e envelhecimento demográfico, implicando na necessidade da imigração para manutenção do equilíbrio demográfico.

A utilização de uma teoria geral para explicar os níveis e tendências demográficas de contextos diferenciados tem sido alvo de muitas críticas. Patarra e Ferreira (1986, p.35) ressaltam que “já está suficientemente evidente a não existência de uma uniformidade simples que caracterizaria momentos de evolução para todas as sociedades em distintos momentos históricos”.

Muitas ressalvas destacam a ausência da migração, de suas conexões com os componentes do crescimento natural na transição, e com as mudanças espaciais que acompanham o processo (DUMONT, 2018). No contexto em que ocorreu a primeira transição, a intensa migração rural-urbana desempenhou papel de destaque nas transformações da sociedade, subjacentes às mudanças dos comportamentos demográficos. Assim como a mortalidade e a fecundidade, a migração produz alterações sobre duas consequências primordiais da transição: o crescimento e a estrutura etária da população, com repercussões sobre o comportamento dos componentes do crescimento natural.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pela teoria da transição demográfica para agregar fenômenos ocorridos em diversos contextos e temporalidades em um modelo descritivo e explicativo geral, as regularidades observadas, segundo Peixoto, “justificam o enorme eco que, apesar das críticas, têm tido os vários contributos teóricos da «transição»” (PEIXOTO, 2007, p.448).

A dimensão espacial dos processos demográficos foi destacada por Zelinsky (1971), que enfatiza a importância das transformações ocasionadas pela mobilidade para a compreensão do processo de modernização, uma vez que as transições demográfica e migratória são mutuamente interdependentes, ocorrem paralelamente e em elevada interação com outros processos socioeconômicos. Zelinsky pondera que o termo transição demográfica, relativo às modificações do crescimento natural, considera apenas nascimentos e mortes, e que, com tal significado, seria mais precisamente traduzido por “transição vital”. A “verdadeira” transição demográfica resulta, destarte, da ação conjunta das transições vital e migratória.

A Transição Urbana se insere no processo de passagem de uma sociedade de um baixo a um elevado nível de urbanização (VÉRON, 2006). Esta passagem é relacionada às consequências conjuntas da transição “vital”, isto é, da mudança de altos para baixos níveis

de mortalidade e fecundidade, e da transição da mobilidade, que concerne à modificação do comportamento e da intensidade da migração (DE VRIES, 1990).

Ao examinar os indicadores de urbanização de vários contextos, é importante considerar as restrições relativas à diversidade de definições de população urbana dos países, baseadas em critérios demográficos, econômicos, administrativos ou mistos (DUMONT, 2018). Considerando os problemas associados à conceituação dos fenômenos urbano-rurais, o critério da simples predominância da população urbana torna-se insuficiente para apreender a complexidade do processo (STECK, 2006; SILVA; MONTE-MÓR, 2010).

O estágio anterior à transição urbana persistiu no mundo até o século XVIII, apresentava como características estrutura econômica rural, taxas de urbanização inferiores a 5% e cidades de dimensão reduzida. No início do século XIX “um fenômeno inesperado e novo” começou a se intensificar promovendo uma significativa mudança na repartição espacial da população (DUMONT, 2018, p.14). A evolução inicialmente lenta da urbanização ocorria associada à transição econômica, das atividades do setor primário para as urbano-industriais. O século XX constituiu um marco na evolução da urbanização. Durante sua primeira metade, a taxa média de urbanização do planeta passou de 13 a 29,6% chegando a 41,2% em 1985 (DUMONT, 2018; UNITED NATIONS, 2018). Em 2008 a população urbana supera a rural, e, em 2018, chega a 55,3% (UNITED NATIONS, 2018).

A transição urbana ocorre de maneira e em ritmos diferenciados nos países do mundo. Dumont (2018, p.23, tradução nossa) destaca que “Essas diferenças dependem do ritmo de transformações econômicas ou sociais, bem como das características políticas, geográficas e culturais de um país com seus vários impactos no desenvolvimento espacial”. Em 2018, os níveis variam de 78,7 nos países mais desenvolvidos a 50,6% nos menos desenvolvidos. Segundo as estimativas, a concentração urbana mundial prosseguirá, elevando-se a 68,4% em 2050 (UNITED NATIONS, 2018).

Os autores distinguem a primeira transição urbana, fase de crescimento acelerado da urbanização e a segunda, que ocorre quando o crescimento se reduz e se estabiliza (DUMONT, 2018; SILVA; MONTE-MÓR, 2010; OLIVEIRA; SILVA, 2015). No esquema representativo da transição urbana a evolução do indicador de urbanização, a proporção de população urbana, toma a forma de uma curva logística. Moriconi-Ebrard (2015) considera que o esquema clássico apresenta três fases. Na fase A, as taxas de urbanização apresentam níveis baixos, na B, os níveis das taxas crescem rapidamente, de forma exponencial, e em seguida, logarítmica; e na C, as taxas atingem um valor elevado, em torno do qual se estabilizam. A fase A corresponde ao período histórico, pré-transicional, a fase B ao processo da transição em suas 1ª e 2ª etapas e a fase C ao período pós-transicional.

As interligações entre a transição demográfica e a urbanização assumem grande visibilidade no início da primeira transição demográfica, quando os processos são marcados por crescimento elevado (OLIVEIRA; SILVA, 2015). A urbanização nos países em desenvolvimento apresenta então expansão sem precedentes, que Bairoch (1985, p.547) qualifica como sendo “única em sua amplitude” e “em suas causas e consequências”, alimentada conjuntamente pelo crescimento natural e pelo aporte da migração rural. Na medida em que a

transição demográfica prossegue, a contribuição da migração rural-urbana cresce, assumindo o papel de principal vetor da urbanização. A transferência de população entre as regiões ocorre porque as regiões rurais, caracterizadas por elevadas taxas de crescimento natural e por economia tradicionalmente agrícola, vivenciam importantes transformações na estrutura socioeconômica que passam a agir como fatores expulsos do excedente populacional que aí se forma (CASTIGLIONI, 1989; STECK, 2006). Deve-se ressaltar que, em vários contextos, no passado e na contemporaneidade, a migração rural-urbana alavancou o processo da transição urbana antes do aumento do crescimento decorrente do crescimento natural (BOCQUIER; EGGERICKX, 2014; BOCQUIER; COSTA, 2015).

Na fase de fecundidade elevada que permeia a primeira fase da transição urbana, o saldo natural acentua o crescimento das áreas urbanas pelo efeito indireto da fecundidade dos imigrantes, predominantemente jovens, ao mesmo tempo em que possibilita a recomposição da população remanescente na zona rural, que continua a alimentar os fluxos migratórios (CASTIGLIONI, 1989; STECK, 2006). A continuidade da migração e a queda de fecundidade acabam por exaurir os mananciais demográficos rurais, com o consequente arrefecimento dos fluxos rurais e do crescimento urbano.

Com a maioria da população vivendo nas cidades, intensificam-se as migrações interurbanas. A mobilidade assume novas formas, sobretudo nas regiões metropolitanas, onde fatores como a reestruturação das funções urbanas, a melhoria da infraestrutura de transportes, as condições de moradia a preços mais acessíveis nas regiões periféricas, dão lugar a uma nova fase, de intensificação dos deslocamentos, em particular dos movimentos pendulares para trabalho e estudo (LIRA et al., 2017).

## **As transformações demográficas no Brasil**

No decorrer do século XX, em particular na segunda metade, ocorreram importantes transformações demográficas nas regiões brasileiras, caracterizadas por estreitas conexões entre a dinâmica demográfica e o processo de urbanização (OLIVEIRA; SILVA, 2015).

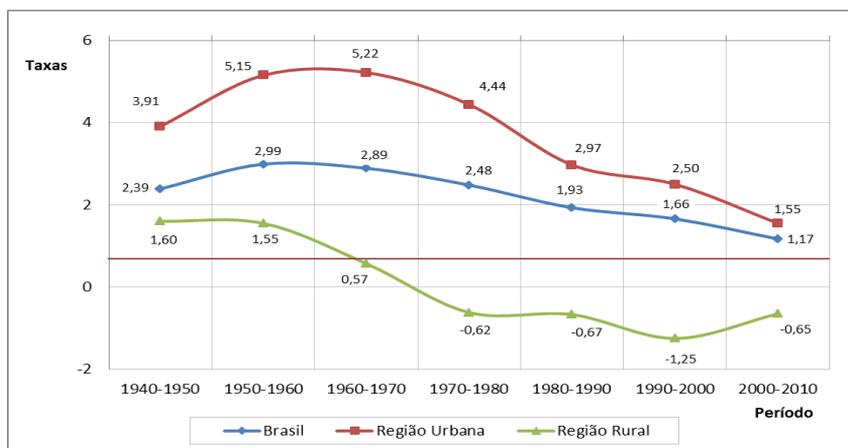
O processo da transição demográfica teve início no final da primeira metade do século XX, época em que as taxas de mortalidade, com valores em torno de 30%, começam a se reduzir. Os níveis das taxas de natalidade, superiores a 40%, só declinam a partir da década de 1960 (IBGE, 1990). As trajetórias dos processos de transição evoluíram, em geral, da etapa inicial com níveis baixos do crescimento natural e da urbanização, para uma nova etapa fortemente destacada pelo crescimento da população total e urbana, propiciado pela contribuição conjunta do crescimento natural e da migração rural-urbana. Os cursos desses processos prosseguem com suas tendências clássicas, reduzem-se a partir da década de 1970, encontrando-se atualmente em etapas avançadas, marcadas pela redução simultânea do ritmo das taxas de crescimento demográfico, de migração e de urbanização.

As curvas das taxas de crescimento demográfico no período de 1940 a 2010, apresentada na Figura 01, permitem avaliar a ação diferencial dos componentes do crescimento,

natural ou vegetativo e migratório, sobre a evolução e mudanças da distribuição populacional do país e das regiões urbana e rural.

Quanto à migração deve-se distinguir a internacional da interna. A imigração internacional teve destaque na segunda metade do século XIX, com a transferência de europeus para os Núcleos Coloniais do Brasil (BASSANEZI, 1995). A imigração de europeus e a seguir de asiáticos, causou grande impacto sobre o crescimento demográfico na segunda metade do século XIX, prolongou-se nas três primeiras décadas do século XX, e perdeu sua importância nas décadas dos meados do século até a década de oitenta, quando o país passa a apresentar um saldo migratório negativo (OLIVEIRA, 2015). Na primeira década do século XXI, a crise econômica de 2007-2008 provocou a migração de retorno de brasileiros que se encontravam em países desenvolvidos, assim como entradas de estrangeiros no país.

As migrações internas, por sua vez, apresentam tendências distintas, os fluxos rural-urbanos tomam proporções sem precedentes na segunda metade do século XX, em consequência de mudanças socioeconômicas estruturais, como da própria evolução demográfica que criava excedentes populacionais nas zonas rurais, constituindo-se em um dos principais fatores repulsivos à base da emigração.



**Figura 01.** Taxa média geométrica de crescimento anual da população do Brasil por situação de domicílio (%) – 1940 a 2010.

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 1999, 2018.

Considerando-se a pouca importância do saldo migratório internacional no intervalo considerado, o aumento das taxas de crescimento para o país nesse período traduz o aporte do crescimento natural. Este se eleva nos meados do século XX, quando entra em cena a transição demográfica, na fase caracterizada pela redução da mortalidade e manutenção de taxas elevadas de fecundidade, apresentando seu pico nas décadas de 1950 (2,99%) e 1960 (2,89%). A taxa de fecundidade total, de 6,16 filhos por mulher em 1940, começou a declinar no decorrer da década de 1960, baixando para 1,77 em 2018, ocasionando a redução progressiva das taxas de crescimento do país (IBGE, 1990, 2018).

Os padrões de crescimento específicos das regiões, por sua vez, traduzem o efeito diferencial das migrações internas, que se tornaram o principal motor do deslocamento da população, das regiões rurais onde predominava, para as urbanas. Como ressalta Dyson (2011) a migração produz efeitos contrários nas regiões de destino e de origem dos fluxos, aumenta a taxa de crescimento urbano e reduz a da população rural. As formas das curvas rural e urbana da Figura 01 traduzem o efeito direto, causado pelos saldos migratórios, ampliado pelo efeito indireto da migração produzido pela fecundidade dos migrantes, que contribui para aumentar o crescimento das regiões receptoras (CASTIGLIONI, 1989). Em consequência desses fatores, a expansão urbana atinge seus níveis mais elevados nas primeiras décadas analisadas, com taxas de crescimento superiores a 5% entre 1950 e 1970, reduz-se progressivamente a seguir, apresentando em 2010 menores diferenças com relação à média do país, embora ainda mais elevadas.

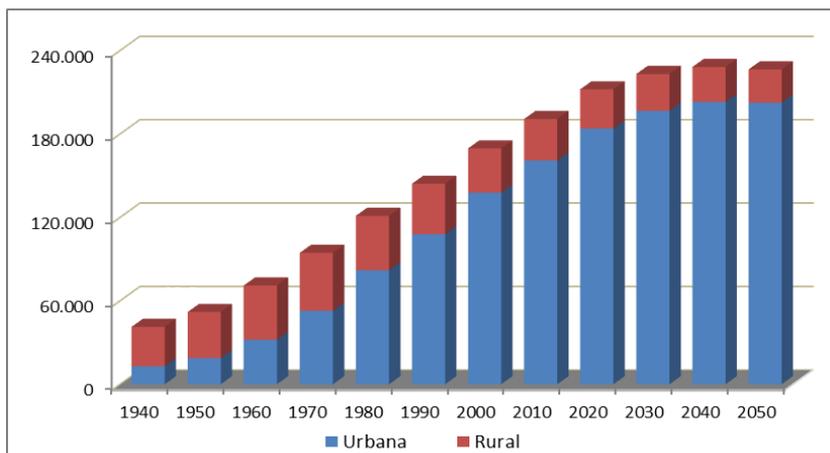
As diferenças entre as taxas de crescimento da região urbana e do conjunto do país, de 1,52 pontos no início do período, atingem seu valor máximo entre 1960-1970 (2,33) época de migração rural-urbana intensa; decrescem a seguir, reduzindo-se a 0,38 na última década, refletindo fatores demográficos como a redução do crescimento natural, o esgotamento dos fluxos rurais, a saturação do crescimento das maiores áreas urbanas, assim como os novos padrões de mobilidade da população.

A classificação dos espaços urbanos e rurais do Brasil é fundamentada no critério político-administrativo, estabelecido pelo Decreto-Lei n. 311 de 02.03.1938 (IBGE, 2017). A definição do indicador de urbanização adotado, a proporção de população urbana, obtido das informações do IBGE, considera como urbanas “áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal” (IBGE, 2011, p.27).

As distorções provocadas pela definição oficial têm sido amplamente discutidas, apontando para a necessidade de redimensionalização do conceito (VEIGA, 2002). Dentre os problemas, o conceito de urbano adotado no Brasil produz superestimação do grau de urbanização. O IBGE (2017) apresentou uma nova classificação dos espaços rurais e urbanos para divulgação no Censo de 2020, segundo a metodologia proposta, o país seria menos urbano, com o índice caindo para 76% em 2010.

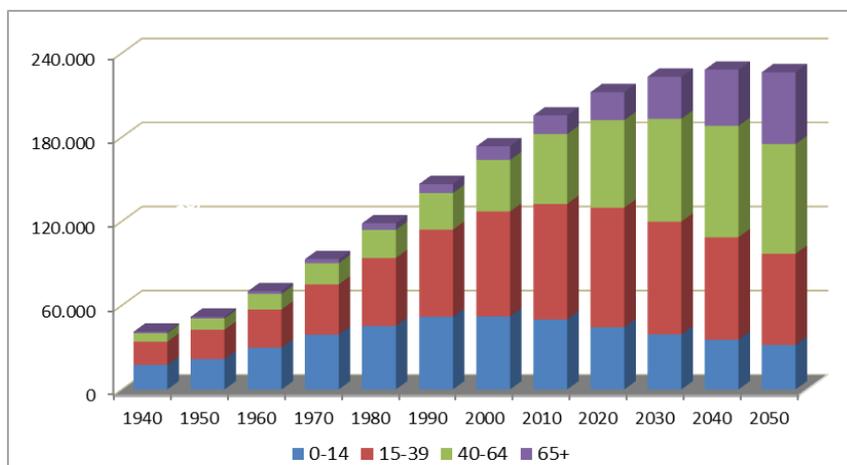
Com relação à transição urbana, a primeira fase do processo tem início na década de 1940 e estende-se até 1970. No período que segue, da segunda fase, as taxas de crescimento urbano declinam progressivamente aproximando-se dos valores apresentados para a população total na primeira década do século XXI.

As Figuras 02 e 03 mostram as relações entre os percursos da urbanização e o efeito da transição demográfica sobre a composição etária da população do Brasil entre 1950 e 2010, assim como a continuidade das tendências até 2050.



**Figura 02.** Distribuição da população do Brasil segundo a situação de domicílio – 1940 a 2050 (em milhares).

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 1999, 2018.



**Figura 03.** Distribuição da população do Brasil segundo os grupos de idades – 1940 a 2050 (em milhares).

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2013, 2018.

A trajetória crescente da urbanização apresenta correlação mais estreita com o grupo dos adultos, de 15 a 64 anos, o coeficiente de correlação (0,996), expressa as fortes relações entre o acelerado crescimento urbano e a formação do bônus demográfico. Igualmente forte e positiva é a correlação do crescimento da população urbana com o segmento dos idosos, de 65 anos ou mais (0,852). A decomposição da população teoricamente “ativa” em dois grupos, ativos mais jovens, de 15 a 39 anos e ativos maduros, de 40 a 64 anos,

coloca em evidência a passagem dos adultos jovens para maduros ao longo do período observado, e o progressivo ingresso destes últimos no grupo dos idosos, o que mais cresce na população. A correlação da urbanização com a proporção de pessoas de 0 a 14 anos é média, positiva até 1970 e, a partir daí, os dois processos apresentam tendências opostas, marcadas pela continuidade do crescimento urbano e decréscimo da representação desse grupo.

### **A marcha da urbanização no Brasil**

Para a análise comparativa do processo de transição urbana em dois momentos, 1950 e 2010, foi utilizada a divisão administrativa atual do Brasil em 26 estados<sup>1</sup>. O Distrito Federal, não foi considerado nesta análise; a capital do país, criada em 1960, apresenta características peculiares, que a diferenciam quanto ao processo de urbanização vivenciado pelos estados do país.

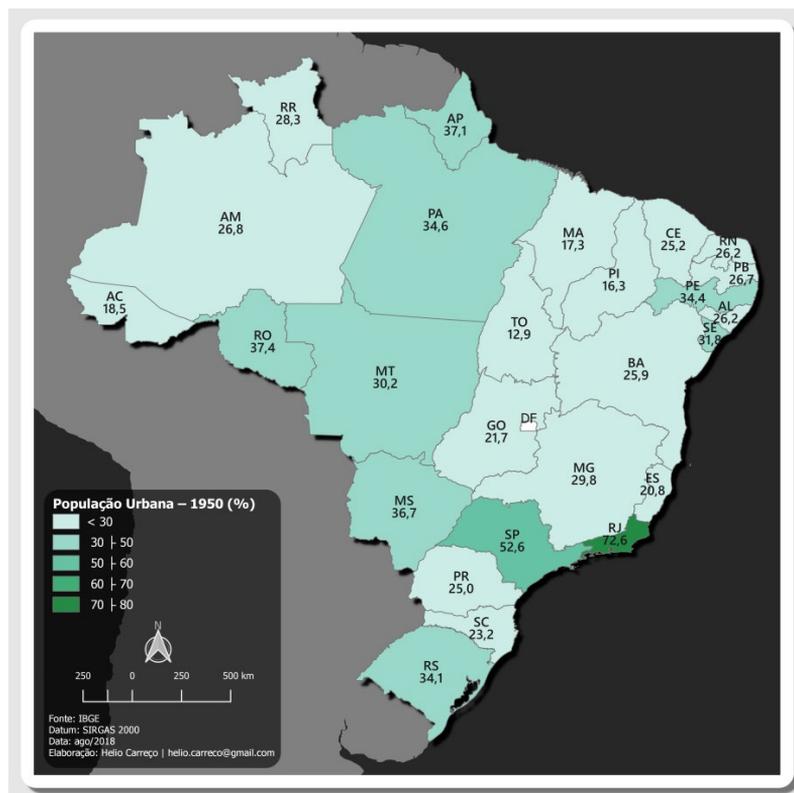
A análise da urbanização por Unidades da Federação coloca em evidência diferenças expressivas nos níveis e nos percursos do processo (Figuras 04 e 05).

Em 1940, a proporção de população residente nas áreas urbanas do país era minoritária, de 31,20%. Nesse contexto de características rurais acentuadas, destoava o comportamento do Rio de Janeiro, que já contando com 61,25% de população urbana, se encontrava na fase da transição urbana caracterizada pela preponderância da migração na composição do crescimento demográfico.

Em 1950, a maioria das unidades, 16 dentre 26, situam-se na fase pré-transicional, com menos de 30% de suas populações residindo em áreas urbanas. Os menores níveis são apresentados por quatro unidades, atualmente integrantes das regiões Norte (Tocantins e Acre) e Nordeste (Piauí e Maranhão) que se encontravam na classe de 10 a 20% de população urbana. Rio de Janeiro (72,61%) e São Paulo (52,59%), com comportamento diferencial nesse vasto domínio rural, vivenciavam a etapa de crescimento rápido da urbanização. As diferenças de 59,73 pontos percentuais entre os níveis de urbanização extremos, do Rio de Janeiro e Tocantins, mostram a heterogeneidade socioeconômica histórica apresentada pelas unidades administrativas.

---

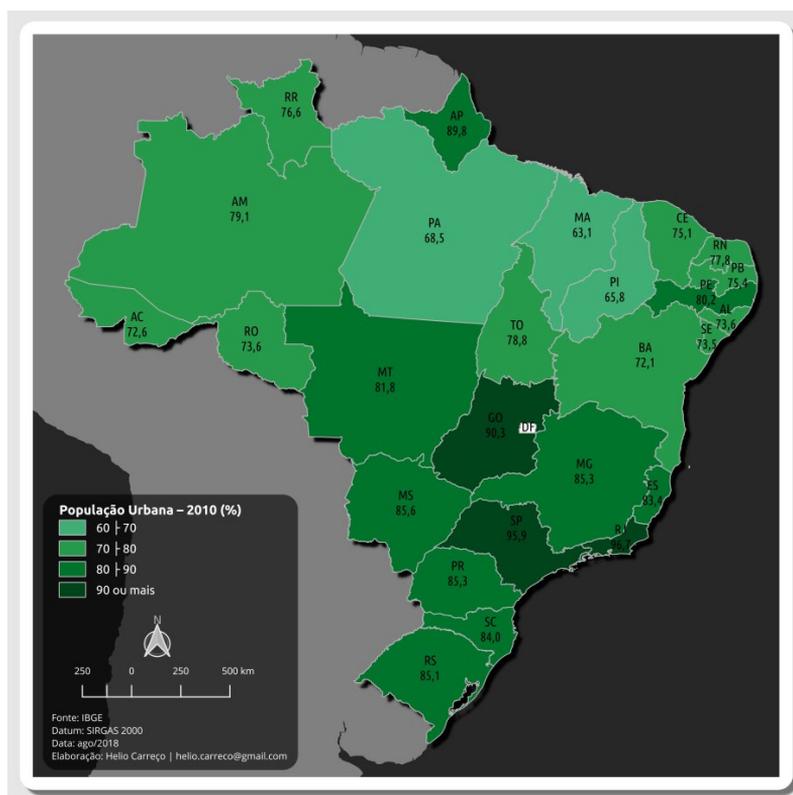
<sup>1</sup> Mato Grosso do Sul foi desmembrado de Mato Grosso em 1977; Tocantins, criado em 1988, fazia parte de Goiás; os territórios passaram a estados nas datas: Acre: 1962; Rondônia: 1982; Amapá e Roraima: 1988. O IBGE (2018) fornece dados retrospectivos para essas unidades.



**Figura 04.** Proporção da população urbana das Unidades Federativas do Brasil – 1950.

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2018.

A passagem da região Sudeste para majoritariamente urbana, já na década de 1950, reflete o comportamento dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Impulsionado também pelos níveis de urbanização desses estados, o Brasil tornou-se predominantemente urbano durante a década de 1960 (IBGE, 2018).



**Figura 05.** Proporção da população urbana das Unidades Federativas do Brasil – 2010

**Fonte:** Elaboração própria com dados do IBGE, 2018.

Desde o início do presente século, todos os estados são majoritariamente urbanos. Em 2010, o nível de urbanização do país atingiu o patamar de 84,36% (IBGE, 2018). A maioria dos estados se encontra nas classes de proporção urbana, entre 70 a 90%, os estados das regiões Norte e Nordeste persistem com os menores níveis de urbanização. Rio de Janeiro, em fase de pós-transição, é o mais urbanizado em todo o período analisado, sua população urbana atinge 96,71% em 2010, seguido por São Paulo. Em contrapartida, o menor valor do indicador de urbanização nesse ano, de 63,08% é registrado pelo Maranhão, valor esse inferior ao que o Rio de Janeiro apresentou em 1950. Se há permanências em posições na marcha da transição urbana, há também que se destacar redução das desigualdades entre os valores apresentados pelas unidades de análise que caíram de 59,73 para 33,64 pontos entre 1950 e 2010 (IBGE, 2018).

Algumas unidades apresentam trajetórias peculiares, com avanços no indicador de urbanização superiores a 60 pontos percentuais entre 1950 e 2010. Goiás foi beneficiado pela expansão do povoamento e pelo processo de desenvolvimento e de ocupação que se

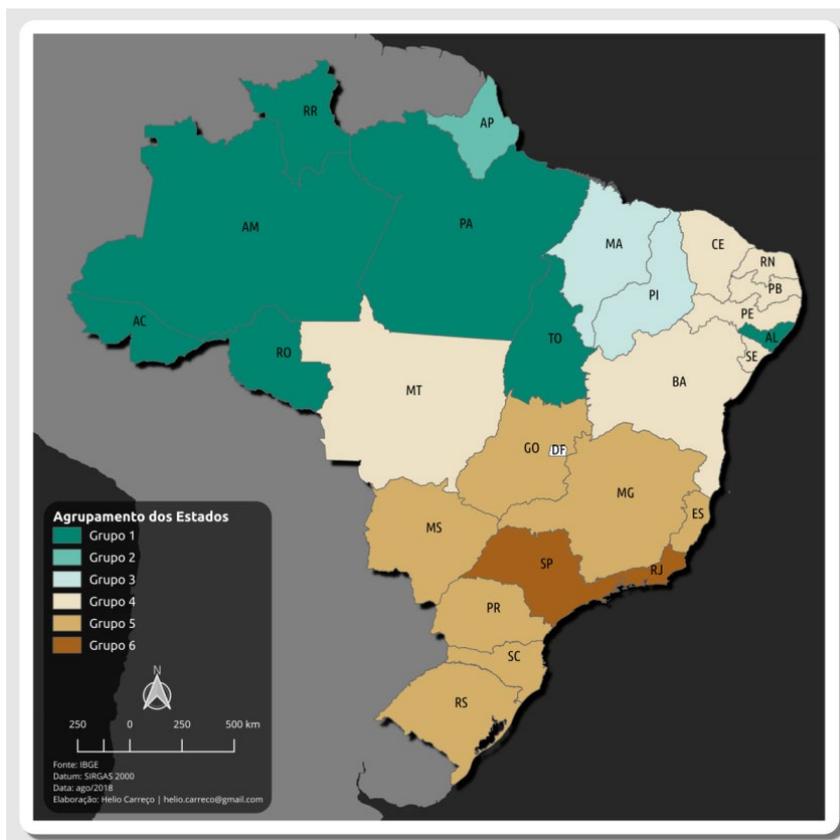
propagou na região, decorrente da construção de Brasília. Tocantins compõe o grupo dos estados mais novos, criados em 1988; embora com fraca densidade (4,98 hab/km<sup>2</sup>), os incentivos econômicos têm atraído investimentos e migrantes. Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná, lócus das políticas colonizadoras do século XIX, receberam imigrantes europeus que se estabeleceram e permaneceram em pequenas propriedades, conservando por mais tempo as características rurais e que, a partir dos meados do século XX vivenciaram um processo de crescimento urbano tardio com relação aos estados próximos, mas muito rápido.

### **Agrupamento das Unidades com modelos similares de transição**

A divisão regional do Brasil, estabelecida em 1970, agrupa contextos heterogêneos quanto às características dos fenômenos estudados. Com o objetivo de formar grupos com indivíduos similares com relação aos processos de transição urbana e demográfica foi aplicada uma técnica de agrupamento aos indicadores dos 26 estados do Brasil em 2010. A formação de grupos foi feita com método de classificação hierárquica, a análise de Clusters, Método de Ward, que leva em consideração simultaneamente as semelhanças e as diferenças entre os indivíduos observados a respeito de certas variáveis ou critérios, visando formar grupos constituídos por elementos similares, e ao mesmo tempo, grupos heterogêneos entre si (LEBART; MORINEAU; PIRON, 1995; COSTA; MASUY-STROOBANT, 2013). A medida de distância, que traduz a similaridade das unidades é representada pela proximidade das observações com relação às variáveis utilizadas.

A dimensão urbana é representada pela Proporção da população urbana (V1). A dimensão demográfica é apreendida por indicadores dos componentes do crescimento natural: V2 – Esperança de vida e V3 – Taxa bruta de natalidade; e das mudanças decorrentes do processo de transição demográfica: V4 – Proporção de grupo de 15 a 64 anos na população e V5 – Taxa de crescimento natural. A V4 focaliza o grupo etário que apresenta importante representação nas áreas urbanas em expansão, devido à contribuição conjunta da transferência dos grupos da base da pirâmide, advindos das altas taxas de natalidade de décadas anteriores para os grupos jovens ativos, como pelo aporte seletivo de jovens adultos pela migração.

A escolha de número de grupos baseou-se no critério da perda de informação que ocorre na sequência das etapas de aglomeração do processo. A partição de seis grupos permite conservar 86,85% da informação inicial e, ademais, a passagem de seis para cinco grupos implica em um aumento de 26,08% do coeficiente de perda de informação anterior. A Figura 06 apresenta os grupos formados e a Tabela 01 os indicadores para a análise dos grupos.



**Figura 06.** Agrupamento dos estados do Brasil.

Fonte: Elaborado com resultados da aplicação do Método de Clusters.

Os comportamentos gerais dos grupos formados se enquadram em três modelos:

### **Grupos com níveis dos indicadores da transição urbana e demográfica inferiores à média do país: Grupos 01, 03 e 04**

O Grupo 01 agrega a maior parte dos estados da Região Norte (6 unidades) e um da Região Nordeste (Alagoas), destaca-se como o menos avançado quanto aos indicadores da transição demográfica. Apresenta os índices mais elevados do conjunto para a taxa bruta de natalidade (21,40%) e para a taxa de crescimento natural (14,94%). A variabilidade desses indicadores no grupo é elevada, traduzindo níveis diferenciados dos componentes do grupo.

O Grupo 03 que agrega dois estados da Região Nordeste, Maranhão e Piauí, encontra-se no estágio menos elevado das variáveis relacionadas ao eixo urbano: apresenta os valores mais baixos do conjunto para a proporção de população urbana e para a esperança de vida.

**Tabela 01.** Medidas das variáveis utilizadas para a formação dos grupos – 2010

Grupo	Medidas	V1 População urbana (%)	V2 Esperança de vida	V3 Taxa bruta de natalidade (‰)	V4 Pessoas de 15 a 64 anos (%)	V5 Taxa de cresciment o natural (%)
Grupo 1	Média					
	Desvio padrão	74,67	70,49	21,40	64,39	14,94
	Coef.	3,77	0,97	2,07	2,04	2,14
	Variação	5,05	1,38	9,67	3,17	14,32
Grupo 2	Média					
	Desvio padrão	89,77	72,10	18,70	63,36	12,80
	Coef.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Variação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 3	Média					
	Desvio padrão	64,42	69,30	18,25	64,48	12,30
	Coef.	1,90	0,85	2,05	2,05	1,98
	Variação	2,95	1,23	11,23	3,18	16,10
Grupo 4	Média					
	Desvio padrão	76,55	72,04	16,40	67,21	10,11
	Coef.	3,54	1,11	0,41	0,96	0,32
	Variação	4,62	1,54	2,50	1,43	3,17
Grupo 5	Média					
	Desvio padrão	85,58	75,20	14,77	69,71	8,56
	Coef.	2,23	1,32	1,18	0,85	1,12
	Variação	2,61	1,76	7,99	1,22	13,08
Grupo 6	Média					
	Desvio padrão	96,32	75,15	14,60	70,29	8,15
	Coef.	0,55	1,34	0,14	0,55	0,64
	Variação	0,57	1,78	0,96	0,78	7,85
<b>Brasil</b>	<b>Valor</b>	<b>84,36</b>	<b>73,90</b>	<b>15,8</b>	<b>68,56</b>	<b>9,50</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2018; DATASUS, 2018.

O Grupo 04 é constituído por 6 estados do Nordeste e por 1 do Centro-oeste (Mato Grosso). Seus integrantes apresentam, em média, indicadores com níveis mais avançados

que os grupos 1 e 3. Os indicadores da transição demográfica se aproximam dos níveis médios do país, mas o índice de urbanização é mais próximo ao do Grupo 01 apresentando, no entanto, a maior variabilidade dentre os indicadores intra-grupo.

## **II. Grupo com comportamento particular: Grupo 02**

Formado por um estado da Região Norte, Amapá, esse grupo caracteriza-se por apresentar menor nível de interação entre os indicadores dos processos de transição. O valor do indicador de urbanização supera o do País, colocando-se como o segundo no ranking dos grupos. Os indicadores do processo da transição demográfica, no entanto, indicam níveis similares aos dos grupos anteriores: esperança de vida abaixo da média do país, menor valor para o segmento dos adultos na população e o segundo valor mais elevado para as taxas de crescimento natural e de natalidade. O valor elevado da urbanização está relacionado à descoberta de jazidas de manganês em 1945, cuja exploração atraiu imigrantes para a região, assim como a forte concentração da população na capital, Macapá, onde residiam 60% da população do Estado em 2010 (IBGE, 2018).

## **III. Grupos com níveis mais avançados dos indicadores da transição urbana e demográfica: Grupos 05 e 06**

O Grupo 5 reúne dois estados da região Sudeste, três da Sul e duas da Centro-Oeste. Seus indicadores, próximos aos níveis médios do país, porém mais elevados que esses, indicam evoluções mais avançadas dos processos analisados, destacando-se pela maior esperança de vida dentre os grupos e pela similaridade do indicador urbano. Apresenta maior variabilidade nos níveis do crescimento natural e da natalidade por agregar estados da Região Centro-Oeste, que se encontram menos avançados no percurso da transição demográfica comparativamente às duas outras regiões.

O Grupo 6 reúne estados historicamente mais desenvolvidos, Rio de Janeiro, que abrigava a antiga capital e São Paulo, o mais importante centro financeiro do país. Com nível de urbanização muito elevado, de 96,36%, este grupo destaca-se pelo nível dos indicadores e pela homogeneidade.

Excluindo o Grupo 2, formado por um único Estado e confrontando os demais, emergem alguns aspectos fundamentais dos resultados. Pode-se observar que a maior heterogeneidade é relativa aos indicadores da transição demográfica, relacionados ao comportamento das taxas de crescimento natural (coeficiente de variação de 16,10% para o grupo 3 e de 14,32% para o grupo 1) e da taxa bruta de natalidade, cujos valores mais elevados são relacionados a menores níveis de desenvolvimento, indicando as diferenças que o processo de transição em curso apresenta nos estados.

No senso oposto, o indicador da dimensão urbana e os que são positivamente correlacionados a ele: esperança de vida e proporção de pessoas de 15 a 69 anos, apresentam menor variabilidade. A menor variação é da esperança de vida, mais elevada nos grupos

compostos por estados do Sudeste e Sul, repercutindo os efeitos da concentração das infraestruturas socioeconômicas sobre o bem estar da sociedade.

## Trajatórias e tendências

A variedade dos processos de transição urbana dos estados resulta dos diferenciais que historicamente marcaram o curso do desenvolvimento socioeconômico e a expansão do povoamento no país. Os percursos das unidades no período de 1950 a 2010 apresentam diversidades que persistem e se acentuam entre 1960 e 1980, mas também reduções dessas diferenças, que se tornam mais evidentes após 1980.

Visando sintetizar os processos de transição urbana, integrando as várias trajetórias em modelos para descrever evoluções e prever possíveis tendências, os comportamentos dos grupos formados anteriormente foram reunidos em 3 conjuntos com trajetórias do indicador de urbanização comparadas ao comportamento médio do Brasil (Figura 07):

Curva A: representa a trajetória do Grupo 06, com nível de urbanização superior ao nível do país;

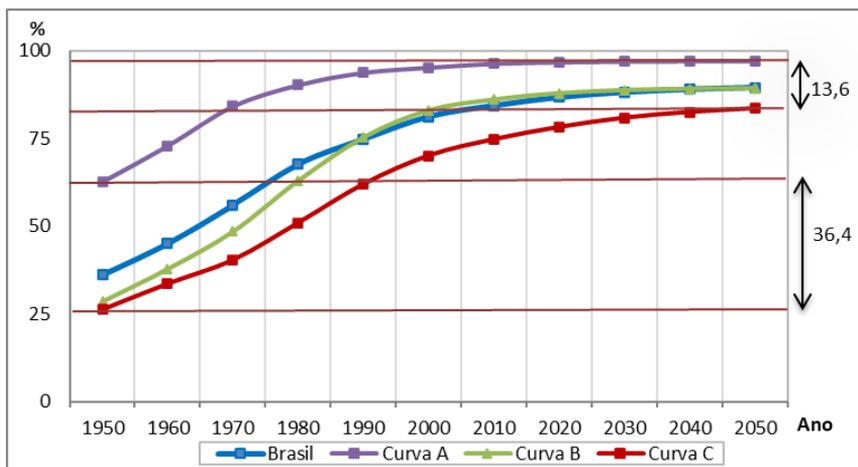
Curva B: reúne os Grupos 02 e 05, que apresentam inversão do percurso em relação ao modelo do Brasil;

Curva C: congrega as trajetórias dos Grupos 01, 03 e 04 com níveis de urbanização inferiores aos do país.

Os grupos extremos conservaram seus modelos com relação ao Brasil em todo o período focalizado. O traçado da curva A retrata o comportamento das unidades já predominantemente urbanas no marco inicial, com 62,60% de população urbana em 1950 e de 96,33% em 2010. No senso oposto, a Curva C, que reúne estados situados predominantemente nas regiões Norte e Nordeste, parte do nível de urbanização, de 26,18% em 1950, quando o indicador do conjunto do país era de 36,16%. O processo de urbanização ocorreu tardiamente nessas regiões, que se tornaram majoritariamente urbanas no final da década de 1970, chegando em 2010 a 74,21%.

Modelo específico é apresentado pelos componentes da Curva B (grupos 02 e 05) cujos valores se invertem ao longo do percurso: o indicador de urbanização inicia com valor inferior à média do país (28,56%) similar ao da Curva C, supera a média do país na década de 1990, conservando-se mais elevado até 2010, com 86,10% (IBGE, 2018).

A diferença entre os valores extremos, de 36,42 pontos percentuais nos anos 1950 se acentua, atingindo o valor máximo de 43,84 pontos em 1970 e a partir daí, declina para 22,12 pontos em 2010.



**Figura 07.** Evolução da Proporção de população urbana do Brasil e das curvas A, B e C no período de 1950 a 2010 e projeção das trajetórias no período de 2020 a 2050. Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2018.

A estimativa das tendências de urbanização de 2020 até 2050 foi feita pela aplicação do método logístico aos dados do IBGE. Nesse método, o crescimento se reduz na medida em que a população se aproxima do valor de saturação, considerado como seu limite máximo (VON SPERLING, 2005).

As curvas da Figura 07 mostram as diferenças apresentadas pelas fases da transição urbana vivenciadas pelos grupos. Os resultados das estimativas indicam arrefecimento do crescimento, mas prosseguimento, ainda que em ritmo menos acelerado, da concentração urbana. As diversidades nas trajetórias continuam presentes, mas com progressiva convergência dos níveis. Pelas estimativas, o Brasil chegaria a 2050 com 89,48% da população residindo nas áreas urbanas, contra 97,10% esperados para a curva A, 89,35% da curva B e 83,51% da curva C. A tendência à convergência, anunciada nas últimas décadas do século XX prossegue com a redução da diferença máxima, dos 43,84 pontos percentuais entre níveis extremos apresentados em 1970 para os 13,60 previstos para 2050.

### Considerações finais

Na segunda metade do século XX, os processos demográficos no Brasil vivenciaram suas fases de transformações fundamentais. As trajetórias dos processos de transição, fortemente inter-relacionados entre si e com outros processos em curso na sociedade, apresentam modelos espaço-temporais distintos que refletem a grande variabilidade socioeconômica-cultural existente no país.

A caracterização da evolução, dos níveis atuais e das previsões dos processos focalizados, a transição urbana, fio condutor do trabalho, e a transição demográfica, processo

correlato, fazem emergir aspectos históricos dessa desigualdade. A concentração das estruturas socioeconômicas se manifesta, em grande amplitude, nos diferenciais da urbanização que emergem nos modelos de percurso do processo. Nos estados com níveis de desenvolvimento mais avançado, Rio de Janeiro e São Paulo, a fase de aceleração da transição urbana impulsionada pelo crescimento migratório foi anterior ao crescimento decorrente da transição demográfica. Quando, nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, a migração promove a transferência massiva da população das zonas rurais para as urbanas, as diferenças entre os níveis de crescimento rural e urbano se tornam máximas, refletindo o ganho populacional das cidades. Situação contrária ocorre nas zonas rurais, onde a perda de população, seletivamente jovem adulta, retrata as dificuldades enfrentadas por essas regiões para manter seus efetivos em uma conjuntura em processo de transformação ampla, rápida e socioeconomicamente desfavorável.

O período atual é marcado pela redução das diferenças entre os níveis dos indicadores dos processos de transição, decorrentes da redução conjunta dos componentes do crescimento demográfico. As previsões apontam para a continuidade da tendência de convergência dos processos, anunciada nas últimas décadas, com a urbanização atingindo, em algumas áreas, níveis próximos do ponto de saturação estimado, e já situados na fase pós-transicional nos estados com processos transicionais mais avançados.

## Referências

BAIROCH, P. *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris: Gallimard, 1985.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In PATARRA, N. (Org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. SP: FNUAP, 1995, p. 1-38.

BOCQUIER, P.; COSTA, R. Which transition comes first? Urban and demographic transitions in Belgium and Sweden. *Demographic Research*, v. 33, Article 48, p. 1297–1332, 2015.

BOCQUIER, P.; EGGERICKX, T. *Transitions urbaine et démographique: du global au local*. CENTRE DE RECHERCHE UM DÉMOGRAPHIE ET SOCIÉTÉS (DEMO-UCL), fev. 2014.

CASTIGLIONI, A. H. *Migration, urbanisation et développement : le cas de l'Espírito Santo*. Bruxelles : CIACO, 1989.

COSTA, R.; MASUY-STROOBANT, G. *Pratique de l'analyse des données*. Louvain la Neuve: Centre de Recherche um Démographie et Sociétés UCL, 2013.

DE VRIES, J. Problems in the measurement, description, and analysis of historical urbanization. In: DER WOUDE, Ad V.; HAYAMI, A.; DE VRIES, J. (Org.), *Urbanization in History*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 43–60.

DYSON, T. The Role of the Demographic Transition in the Process of Urbanization. *Population and Development Review* 37, p. 34–54, 2011.

DUMONT, G. Urban demographic transition. *Urban development issues*, v. 56, p.13- 25, 2018.

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. RJ: IBGE, 1990.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. RJ: IBGE, 1999.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios. Resultados do Universo*, RJ: IBGE, 2011.

IBGE. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060. Projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2030*, 2013.

IBGE. Classificação e características dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação. *Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica*, n. 11, RJ: IBGE, 2017.

IBGE. Sidra. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: set. 2018, mar. 2019.

LANDRY, A. *La révolution démographique – Études et essais sur les problèmes de la population*. Paris: INED – Presses Universitaires de France, (1982) [1934].

LEBART, L. ; MORINEAU, A.; PIRON, M. *Statistique Exploratoire Multidimensionnelle*. Paris: Dunod, 1995.

LIRA, P.; CASTIGLIONI, A. H.; JABOR, P.; COLATTO, F. Transformações, permanências e desafios na mobilidade espacial metropolitana: movimentos pendulares na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). *Geografares*, p.58-80, Jul./Dez. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – DATASUS. 2018. Disponível em <<http://datasus.saude.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018, mar. 2019.

MORICONI-EBRARD, F. L'étalement urbain est-il vraiment "urbain"? Dynamiques spatiales et valeurs anthropologiques en France. *Revista Cidades*, v. 12, n. 21, p. 225-249, 2015.

NOTESTEIN, F. W. Population, the long view, in SCHULTZ, T. (Org.). *Food for the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1945, p. 36-57.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil. *Cadernos OBMigra*, v.1, n. 3, p. 252-278, 2015.

OLIVEIRA, R. A. D. de; SILVA, É. T. da. Dinâmica demográfica e urbanização no Brasil: expressões atuais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Caderno de Geografia*, v. 25, n. 44, 2015.

PATARRA, N. L.; FERREIRA, C. E. C. Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise. *Textos NEPO 10*. Campinas: NEPO, 1986.

PEIXOTO, J. Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*, v. XLII (183), p. 445-469, 2007.

SILVA, H.; MONTE-MOR, R. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, 2010.

STECK, J. Qu'est-ce que la transition urbaine? Croissance urbaine, croissance des villes, croissance des besoins à travers l'exemple africain. In: *Revue d'économie financière*, n. 86. 2006, p. 267-283. Disponível em <[http://www.persee.fr/doc/ecofi\\_0987-3368\\_2006\\_num\\_86\\_5\\_4212](http://www.persee.fr/doc/ecofi_0987-3368_2006_num_86_5_4212)>. Acesso em: abr. 2019.

United Nations, *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*. Disponível em <<https://population.un.org/wup/Download>> Acesso em abr. 2019.

VAN de KAA, D. J. Europe's Second Demographic Transition. *Population Bulletin*, 42 (1), Washington: The Population Reference Bureau, 1987.

VAN de KAA, D. J. The idea of a second demographic transition in industrialized countries. *Sixth Welfare Policy Seminar of The National Institute of Population And Social Security*, Tokyo, 2002.

VEIGA, J. E. da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VÉRON, J. *L'urbanisation du monde*. Paris: La Découverte, 2006.

VON SPERLING M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias. V. 1. *Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. BH: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – UFMG, 2005.

ZELINSKY, W. The Hypothesis of the Mobility Transition. *Geographical Review*, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

---

### Aurélia Herminia Castiglioni

Doutora em Demografia pela Université Catholique de Louvain – Bélgica, Mestre em Demografia pela Université Catholique de Louvain, Graduada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina – ES

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, 29.075-910 – Vitória – ES

E-mail: aurelia.castiglioni@gmail.com

---

Recebido para publicação em julho de 2019  
Aprovado para publicação em setembro de 2019